

AS CONTRIBUIÇÕES DE JOÃO WANDERLEY GERALDI EM MATO GROSSO DO SUL: DA FORMAÇÃO CONTINUADA À PÓS-GRADUAÇÃO

Alan Silus*
Gláucia Muniz Proença Lara**
Maria Leda Pinto***

Resumo: Este texto busca resgatar as contribuições de João Wanderley Geraldi em Mato Grosso do Sul, a partir de três atividades desenvolvidas por ele no estado: sua atuação em uma assessoria pedagógica junto à Secretaria de Educação/MS; uma pesquisa de Mestrado em Educação/UFMS, sob sua orientação, que analisa os impactos do ensino da língua portuguesa nas escolas de MS antes e depois dessa assessoria e, finalmente, uma segunda pesquisa de Mestrado que, embora tenha sido defendida junto à UFMG, foi também desenvolvida em MS, com a orientação de Wanderley Geraldi. O resultado dessa reflexão mostra que o trabalho desse renomado professor/pesquisador em MS levou a novas formas de pensamento quanto ao ensino de linguagens, colocando-o em um patamar de respeito e referência teórica no Brasil.

Palavras-chave: Mato Grosso do Sul; Ensino; Formação Continuada; Pós-Graduação.

THE CONTRIBUTIONS OF JOÃO WANDERLEY GERALDI IN MATO GROSSO DO SUL: FROM CONTINUING EDUCATION TO POSTGRADUATE STUDIES

Abstract: This text brings into light João Wanderley Geraldi's contributions in Mato Grosso do Sul (MS), focusing on three activities he developed in the state: his pedagogical consultancy for the Department of Education/MS; supervision of a Master's research in Education at Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), which analyzes the teaching of Portuguese impacts in MS schools before and after the aforementioned consultancy; and, finally, a second Master's research which, although it was defended at Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), was also developed in MS and supervised by Wanderley Geraldi. The results of this reflection proves that the work developed by this renowned professor/researcher in MS led to new ways of thinking related to language teaching, placing him at a level of respect and theoretical reference in Brazil.

Keywords: Mato Grosso do Sul; Teaching; Continuing Education; Postgraduate Courses.

Introdução

Em 2024, completam-se 40 anos de publicação da coletânea *O texto na sala de aula: leitura & produção*, organizada por João Wanderley Geraldi, que é por muitos considerado um dos mais relevantes marcos no ensino de Língua Portuguesa no Brasil. Professor Titular Aposentado da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), o Professor Wanderley (como é carinhosamente chamado) esteve em terras sul-mato-grossenses, onde participou das atividades

formativas junto à Secretaria de Estado de Educação (SED/MS), além de ter orientado duas dissertações de mestrado, vinculadas à obra citada.

O objetivo deste trabalho é trazer as contribuições de João Wanderley Geraldi ao pensamento formativo docente do MS por meio de seu trabalho com os professores da SED/MS nos anos 1980, bem como apresentar e analisar duas dissertações de mestrado, intituladas: **Autocorreção e auto-avaliação na produção de textos escolares**: relato de uma experiência, defendida em 1993 e **Mudar a prática de ensino**: histórias de busca para o ensino de Língua Portuguesa em Mato Grosso do Sul (1986 - 1993), defendida em 1994. Tanto em um caso quanto no outro, o Professor Wanderley foi responsável por transformar a visão sobre o ensino de Língua Portuguesa por “estas bandas”.

Dessa forma, as repercussões do trabalho de João Wanderley em Mato Grosso do Sul (MS) podem ser vistas na socialização das influências de seus estudos e na atualidade dos seus textos que, até hoje, são usados na formação e na prática docente do ensino de linguagens em todo o estado — e em todo o país. Assim, homenageá-lo constitui-se em reconhecimento imperativo e gratidão a um homem que se dedicou e se dedica a esta importante atividade acadêmica e social que é o ensino.

1 Da formação continuada à ação: o contato de João Wanderley Geraldi com Mato Grosso do Sul

Falar sobre o Professor João Wanderley Geraldi é discorrer sobre uma figura humana ímpar, simples, sincera, amigo leal e gigante em tantas outras qualidades. No campo profissional, é rememorar um período muito importante para a educação, para o ensino de língua portuguesa no Brasil e, particularmente, para os docentes sul-mato-grossenses.

Justifica-se! O ano era 1986 e o espaço a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul (SED/MS), que, nesse período, por meio da sua Coordenadoria Geral de Educação (CGE), buscava por mudanças na prática do ensino de língua portuguesa, juntamente com as outras áreas do conhecimento.

Essas mudanças estavam articuladas àquelas definidas pelas metas do governo do estado discutidas — no nível nacional, pelo programa do partido a

quem o governo da época se filiava: “Esperança e Mudança - Uma proposta de governo para o Brasil” — discutidas no I Congresso Estadual de Educação para a Democracia e que resultaram no II Plano Estadual de Educação. Dentre as metas estabelecidas no plano para todas as áreas, evidenciaram-se aquelas referentes ao, então, 1º Grau consideradas prioritárias:

[...] com vistas à melhoria da qualidade do ensino de 1º grau e à diminuição do índice de evasão e repetência, uma série de projetos e ações estão sendo propostos e desenvolvidos, desde a preparação de recursos humanos, oferecimento de materiais didático-pedagógicos, alimentação e atendimento à saúde, até a reformulação de programas e conteúdos que permitam o oferecimento de um saber básico universal com respeito às condições culturais de cada um. As metodologias e as técnicas pedagógicas devem levar à formação de homens livres, críticos e questionadores, pois o ensino de 1º grau deve preparar para o exercício da cidadania e ser fator de igualdade social (Mato Grosso do Sul, 1984, p. 18 – grifos nossos).

No alcance dessas metas, a SED/MS implementou o plano Acompanhamento Técnico Pedagógico, com abrangência para todo o estado. Essa ação de acompanhamento foi realizada durante o ano de 1986 e teve a coordenação dos técnicos da Secretaria em articulação com as Agências Regionais de Educação (ARE/MS), com o objetivo de capacitação em serviço, para discutir, com a comunidade escolar, o andamento e as dificuldades educacionais de cada região.

O plano constituiu-se de dois momentos significativos, sendo que o primeiro consistiu em uma reflexão sobre a escola pública com toda a comunidade escolar (do diretor ao vigia). O segundo momento incidiu na discussão específica de cada área do conhecimento, o que tornou possível evidenciar as demandas próprias de cada área. No caso da língua portuguesa, evidenciaram-se as dificuldades, bem como a insatisfação dos professores com os resultados do trabalho realizado, apesar de tantos esforços. Queriam e precisavam mudar, mas não sabiam como.

Nesse contexto, a Equipe Técnica de Língua Portuguesa da SED/MS participou desse momento de debates, discussões e reflexões, tanto interna como externamente, junto aos professores e gestores das escolas, ouvindo e refletindo sobre a necessidade de implementar mudanças. Porém, as respostas

para essas mudanças não eram eficazes; era preciso ir atrás de alternativas para desenvolver ações que respondessem e resolvessem as dificuldades e angústias enfrentadas.

Esse processo de busca por um caminho de ação resultou, primeiramente, no estudo de referências para o ensino da leitura e produção textual, tais como o texto **Possíveis alternativas para o ensino da Língua Portuguesa** e o livro **O texto na sala de aula: leitura e produção**, organizado pelo professor João Wanderley Geraldi, bem como na participação da Equipe de Língua Portuguesa em eventos nacionais.

Nesse período, soma-se à equipe uma nova técnica vinda do Oeste do Paraná, Professora Norma Sirakura, que havia trabalhado, em sala de aula, com uma proposta para o ensino de Língua Portuguesa, subsidiada por um grupo de estudiosos pesquisadores “constituído pelos professores: João Wanderley Geraldi, Raquel Salek Fiad e Lilian Lopes Martins da Silva, do Instituto de Estudos da Linguagem – IEL – UNICAMP, Campinas, SP” (Pinto, 1994, p. 25).

Assim, a partir do estudo das referências citadas, do contato estabelecido com os professores de Língua Portuguesa durante o Acompanhamento Técnico Pedagógico e da chegada da Professora Norma para a equipe, a Secretaria de Educação optou por conhecer a referida proposta para o ensino da língua portuguesa. Para isso, a coordenação da CGE/SED decidiu pela participação de duas técnicas da Equipe de Língua Portuguesa no II Seminário Regional de Língua Portuguesa — que ocorreu naquele período no Oeste do Paraná — já que o evento tinha como um dos objetivos a avaliação do desenvolvimento da proposta naquela região. Configurava-se, assim, uma oportunidade para estimar os resultados, bem como compreender como se constituía essa formação em serviço, que vinha sendo desenvolvida.

Durante o Seminário, as representantes da equipe discutiram com o grupo da UNICAMP a possibilidade da realização do trabalho em MS, tendo em vista que a proposta contemplava “os pressupostos teóricos e metodológicos que respondiam às expectativas do grupo de técnicos (SED/MS e AREs) e dos professores da Rede Estadual de Ensino.” (Pinto, 1994, p. 39).

Assim, por meio de encontros e discussões, a Secretaria definiu uma assessoria com o grupo da UNICAMP, liderado pelo Professor João Wanderley

Geraldi, que, junto com a Equipe de Língua Portuguesa e os professores de 5ª a 8ª série, traçou um plano de ação com 8 (oito) etapas, a serem desenvolvidas gradativamente. Esse desenvolvimento por etapas tinha a finalidade de incluir os professores da rede de ensino de todo o estado em estudos conjuntos com a realização das experiências em sala de aula, até assumirem a função de professores de seus colegas. Um dos objetivos da proposta era a construção da autonomia dos professores da Rede Estadual de Ensino, ao ponto em que a assessoria externa se tornasse dispensável.

No primeiro momento, foram desenvolvidas 3 (três) etapas, sendo as duas primeiras com cursos de fundamentação e a 3ª de apresentação da proposta de Língua Portuguesa, pelo Professor Wanderley, que possibilitou uma rica discussão sobre a correlação entre a prática de sala de aula e as concepções de mundo, de educação e de linguagem. Fundamentada em uma concepção como forma de interação, constitui-se de atividades que se desenvolvem por meio de três práticas interligadas: prática de leitura de textos, prática de produção de textos e prática de análise linguística de textos.

Após o término do Curso, o Professor João Wanderley discutiu e ordenou a prospectiva das demais etapas que se constituíam no desenvolvimento da experiência com a proposta em sala de aula; seminários regionais para avaliar o andamento da experiência realizada; encontros com a equipe da UNICAMP; realização de cursos nos municípios das agências; constituição de grupos de estudos nos municípios e a realização de um Seminário Estadual para avaliar a proposta.

O curso correspondeu às expectativas, que eram ambiciosas, tendo em vista a caminhada de leituras, sessões de estudo e a junção dos dois primeiros cursos. O Professor Wanderley foi muito claro e didático em sua explanação, sempre complementando com exemplos de sua prática de sala de aula, bem como dos projetos desenvolvidos junto ao grupo do IEL/UNICAMP.

As discussões sobre as concepções de linguagem e sobre as atividades efetivas de sala de aula foram muito significativas, levando os(as) professores(as) a repensarem também a própria vida como refletem os depoimentos a seguir:

“A gente não sabia contextualizar a gramática dessa forma, embora soubesse que alguma coisa ia mal. Essa proposta é tudo que a gente precisava e não sabia. Esse trabalho que o Wanderley propõe é vivo, dinâmico, consistente, transformador. Para mim, o ensino de língua tinha um vazio que foi preenchido. Não existe outro igual!” (Pinto, 1994, p. 58).

“Esse Trabalho me levou a repensar minha própria vida. Eu sempre me acomodei em viver morando de aluguel, hoje estou reivindicando minha própria casa. Esta não é só uma proposta de em sala de aula, é antes uma proposta de vida” (Pinto, 1994, p. 62).

“Todos os alunos liam, só uma aluna não lia. Em outubro passou a ler; tinha um sentido diferente (se interessou pelo aborto). Depois leu mais quatro livros, até o final de novembro” (Pinto, 1994, p. 63).

“O pai de um aluno veio reclamar comigo que o filho estava lendo demais” (Pinto, 1994, p. 63).

Como demonstram os depoimentos, os avanços que a proposta proporcionou aconteceram em relação ao ensino, à leitura e à própria vida. Evidenciou-se que os professores passaram a estudar mais; que a leitura ganhou espaço na sala de aula e os leitores. A produção textual foi socializada no jornal da escola, no mural, em livros, deixando de ter como único leitor o professor!

Essa proposta vivenciada em todo o MS, no período de 1986 a 1988, não voltou vazia; evidenciou avanços significativos que foram além dos mais de 300 professores alcançados com esse evento. É possível afirmar que foi uma mudança essencial no rumo do ensino de língua portuguesa em nosso estado e esse é um legado do Professor João Wanderley Geraldi que teve uma atuação reconhecidamente relevante nessa ação proposta pela SED/MS.

Vale afirmar que esse legado reverberou em uma busca, pelos professores da Educação Básica de todo o estado, por programas de Pós-Graduação para aprofundar seus estudos e para desenvolver pesquisas na área do ensino de língua portuguesa sempre pontuadas nessa perspectiva sociointeracionista da linguagem. Nesse contexto, a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, à época, articulou um Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Educação da UNICAMP.

2 Mudar a prática do ensino: a dissertação de Mestrado orientada por Geraldi em Mato Grosso do Sul

Se considerarmos a relação com outros estados brasileiros, Mato Grosso do Sul (MS) ainda é bastante jovem. Teve sua divisão homologada pela Lei Complementar n. 31, em 11 de outubro de 1977, depois de uma longa batalha travada entre sulistas e nortistas do, então, único estado de Mato Grosso (MT), que culminou com a criação da nova unidade federativa do país.

MS tem a sua titularidade jovial, mas suas atividades econômicas, culturais, sociais e educacionais são anteriores à divisão. No caso do desenvolvimento das atividades educativas, em especial a de ensino superior, há a criação dos primeiros cursos em 1961, com o estabelecimento da Faculdade Dom Aquino de Filosofia, Ciências e Letras (FADAFI), em Campo Grande, que trouxe ao sul de MT as graduações em Letras e Pedagogia.

Um ano depois, os cursos de Farmácia e Odontologia — os primeiros cursos públicos — são criados na mesma cidade e, em 1966, são incorporados ao Instituto de Ciências Biológicas de Campo Grande (ICBCG). Logo em seguida, é criado o curso de Medicina. O norte já contava com cursos superiores desde a década de 1950, por meio de institutos de ensino isolados, assim como no sul. Conforme Silus (2020), em 1969, cria-se a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), com sede em Cuiabá, enquanto, em Campo Grande, instaura-se a Universidade do Estado de Mato Grosso (UEMT), também de gestão federal, mas sem o título na nomenclatura, pois não era comum à época ter duas universidades federais em um mesmo estado.

Com a divisão do Mato Grosso em dois, a UEMT passa a ser denominada Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), iniciando sua história de sucesso e emancipação educacional em todo estado. Considerada uma das maiores universidades em termos de estrutura física do país, a UFMS, em 2005, teve seu *campus* de Dourados desmembrado, criando-se a UFGD (Universidade Federal da Grande Dourados). Mesmo assim, ainda mantém em seu rol de unidades 9 *campi* universitários, além da sede na capital sul-mato-grossense, que conta com mais de 16 Faculdades, Institutos e Escola Superior em sua organização institucional.

Em meados dos anos 1980, a UFMS passa a investir não apenas na formação inicial da população do estado, como também na formação continuada de sua comunidade externa, trazendo para MS os primeiros cursos de Pós-Graduação em nível de Mestrado. O Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU) é um desses exemplos. Criado em 1988 por meio de convênio com a Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (FE/UNICAMP), o curso passou a formar Mestres na área de concentração em Educação Brasileira, tendo, conforme informação do portal de pós-graduação da UFMS, sua primeira dissertação defendida em 1990.

Segundo a página oficial do Programa, em 2006, com a autorização para criação do Curso de Doutorado, deu-se forma ao objetivo de preparar profissionais qualificados para atuação em atividades de gestão, ensino, pesquisa e produção de conhecimento no campo da Educação (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2024, *On-line*). O PPGEDU foi responsável pela formação de um grupo de docentes que atuaram/atuam nas instituições de Ensino Superior de Mato Grosso do Sul, sendo responsáveis pela construção de importantes momentos e movimentos da história da Educação do estado.

E, para que tais nomes pudessem ser enaltecidos, é importante falar da presença de João Wanderley Geraldi nesse processo formativo. O Professor Wanderley orientou uma dissertação de Mestrado em Educação, sendo o único trabalho acadêmico orientado por ele no estado de Mato Grosso do Sul.

Defendida em 29 de março de 1994, a dissertação intitulada "**Mudar a prática de ensino: histórias de busca para o ensino de Língua Portuguesa em Mato Grosso do Sul (1986 - 1993)**", escrita por Maria Leda Pinto, teve como banca arguidora os professores Dra. Albana Xavier Nogueira (pertencente ao então Centro Universitário de Aquidauana - CEUA, hoje *Campus* de Aquidauana - CPAq) e o Dr. Dercir Pedro de Oliveira (pertencente ao então Centro Universitário de Três Lagoas - CEUL, hoje *Campus* de Três Lagoas - CPTL), sendo esses docentes efetivos da UFMS e habilitados à banca de arguição devido ao fato de possuírem doutorado, qualificação que, nos anos 1990, era escassa na universidade.

O trabalho, segundo Bertoletti (2017), é esclarecedor, pois busca demonstrar como se estabeleceram as normas e políticas curriculares para o

ensino da língua portuguesa nas escolas estaduais de Mato Grosso do Sul, por meio de uma análise das práticas docentes desenvolvidas entre os anos de 1986 e 1993, sendo este o recorte temporal utilizado pela então mestranda para sua pesquisa.

Conforme a autora discorre na introdução, o trabalho teve por objetivo “repensar, registrando, um conjunto de ações, de gestos, de movimentos de buscas de uma mudança na prática do ensino de língua portuguesa” (Pinto, 1994, p. 01). Esse “repensar registrando” parte de suas experiências enquanto técnica da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul, por meio de uma ação denominada “Acompanhamento Técnico Pedagógico”, o qual, a partir de 1986, passa a observar e discutir os problemas no ensino de língua nas escolas sul-mato-grossenses, de forma a superar a questão do livro didático enquanto única estratégia didática.

A estrutura da dissertação envolve-se com o *corpus* da pesquisa na medida em que dialoga com as práticas docentes em língua portuguesa e com as análises do estado de conhecimento dessas práticas. Conforme narra textualmente Bertoletti (2017), essas práticas fazem parte de uma tentativa de mudanças nas estruturas educacionais e,

para a efetivação das reformas da educação brasileira, a Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso do Sul tomou uma série de medidas, dentre elas, o envio até 1985, de referências bibliográficas e de textos para subsidiar a prática docente, numa tentativa de substituição à primazia do livro didático das nas aulas de Português (Bertoletti, 2017, p. 57).

Tais medidas constituíram-se nas mudanças no sistema educacional do estado, na transformação da estrutura de pessoal e de setores, bem como na articulação de uma proposta curricular mais coesa (na visão do governo da época) de forma a melhorar a qualidade do ensino em MS.

O trabalho de Pinto (1994) debruça-se em uma dessas medidas, no que tange ao ensino de língua materna, a partir de uma atividade de formação aos técnicos da SED/MS por meio da parceria de professores da Universidade Estadual de Campinas, conforme comentado anteriormente.

Estruturada em 4 capítulos, a dissertação faz, inicialmente, um percurso histórico e metodológico da organização do trabalho didático do ensino de língua

para, então, analisar o fazer docente nas aulas de português sob as óticas do currículo, do livro e do projeto desenvolvido pela SED/MS na época.

No capítulo 1, “Do contexto nacional à prática de sala de aula”, a pesquisa apresenta o contexto histórico-social do país naquele momento e segue tratando dos contextos da educação em MS, trazendo a real situação do ensino de língua portuguesa nas escolas do estado, a partir de uma dada realidade, bem como uma reflexão sobre a práxis a partir de um deslocamento (como a autora intitula) do pensamento cristalizado do ensino.

O capítulo seguinte, “A busca de um caminho de ação”, narra textualmente o percurso desenvolvido pela SED/MS e seus técnicos no processo de compreensão, avaliação e reformulação das práticas docentes, em especial as de língua portuguesa — foco da dissertação. O texto apresenta, também, a proposta do Professor João Wanderley Geraldi de sua atividade de práticas com os textos, por meio da leitura, da escrita e da análise linguística, conforme aborda na obra *O texto na sala de aula: leitura & produção*, publicada, inicialmente, em 1984, pela Editora Assoeste, e depois transferida para a Editora Ática, tendo esta promovido várias edições devido ao sucesso da obra.

No capítulo 3, “Um projeto de trabalho no ensino de Língua Portuguesa em Mato Grosso do Sul - 1986-1988”, apresenta-se um estudo da proposta metodológica desenvolvida pela SED/MS por meio do trabalho de assessoramento com os professores Sírio Possenti, Maria do Rosário Longo Mortatti e João Wanderley Geraldi da UNICAMP. O capítulo é encerrado com uma análise da situação curricular para Língua Portuguesa no estado de Mato Grosso do Sul, o que mostra o pioneirismo do trabalho orientado pelo Professor Geraldi: até então, o único documento de pesquisa que desvelava essa temática era a pesquisa de Monteiro (1992), que analisava o currículo de MS de forma ampla.

No capítulo 4, “A sala de aula nos anos de 1992-1993”, a então mestranda analisa a situação atual (para a época) das práticas docentes em Língua Portuguesa no estado de Mato Grosso do Sul. Conforme pontua Bertolletti (2017), desde a divisão da unidade federativa, o governo estadual tentou construir um sistema de ensino e um modelo prescritivo de currículo que transformassem MS em um “estado modelo” em relação aos demais do Brasil.

Dessa forma, a autora nos mostra que, no início dos anos 1990, ainda se encontravam três formas de ensino: as regidas (majoritariamente) pelo livro didático, as regidas pelas diretrizes curriculares implementadas pela SED/MS e as que eram desenvolvidas sob a luz do projeto que teve como assessoria os professores da UNICAMP.

A autora, por fim, considera que, com relação ao ensino de língua portuguesa em Mato Grosso do Sul, as propostas de reordenação do currículo e do projeto desenvolvido em parceria com a UNICAMP corroboram a mudança de olhares e do paradigma do ensino via livro didático enquanto único recurso para o trabalho pedagógico do professor.

No trabalho orientado por João Wanderley, há, ainda, uma alegação de que essas mudanças só foram possíveis a partir do trabalho realizado “durante a implementação da proposta de ensino da língua: aos cursos assistidos e aos grupos de estudos, onde os professores tiveram a oportunidade de estudar, discutir, trocar experiências e ‘re-pensar’ o seu fazer pedagógico, vivenciado propostas alternativas” (Pinto, 1994, p. 119-120).

Assim, destaca-se a importância da contribuição dos escritos de João Wanderley Geraldi tanto nas atividades de assessoria à Secretaria de Estado de Educação, quanto na orientação do trabalho desenvolvido por Maria Leda Pinto (1994). Isso porque o texto, aprovado no Mestrado em Educação da UFMS, fornece ao leitor uma compreensão — que vai do global para o local — sobre as práticas docentes e os processos de curricularização do ensino em MS. Além disso, por mais que ambos (autora e orientador) tenham sido participantes do processo de transformação do ensino de língua portuguesa no MS, não se denota a interferência ou a exaltação de uma prática de ensino analisada sobre a(s) outra(s). Todas são relatadas com criticidade e a partir das experiências da autora, que era/é uma das vozes dessa história de construção do sistema de ensino sul-mato-grossense.

3 Outras reverberações: de Mato Grosso do Sul para Minas Gerais

Se a dissertação de mestrado de Maria Leda Pinto foi a única integralmente concebida e defendida em Mato Grosso do Sul, sob a orientação

de João Wanderley Geraldi, há uma outra dissertação, de autoria de uma (então) professora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), que também foi orientada pelo Professor Wanderley e desenvolvida no contexto sul-mato-grossense, embora tenha sido defendida junto ao Mestrado em Letras - Língua Portuguesa - da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Intitulada “Autocorreção e auto-avaliação na produção de textos escolares: relato de uma experiência” (1993)ⁱⁱⁱ, a referida dissertação, de autoria de Gláucia Muniz Proença Lara, inspirou-se na coletânea *O texto na sala de aula: leitura & produção* (1984), sobretudo em dois capítulos assinados por João Wanderley Geraldi: “Unidades básicas do ensino de português” (p. 49-69) e “Escrita, uso da escrita e avaliação” (p. 121-124). O primeiro defendia que os textos produzidos, em vez de serem corrigidos pelo professor e devolvidos aos alunos para serem simplesmente desconsiderados ou jogados fora, deveriam ser corrigidos pelos próprios alunos dentro do princípio de “partir do erro para a autocorreção” (p. 63). O segundo, buscando responder à pergunta: “Como avaliar redações?”, propunha uma avaliação que devolvesse ao aluno o direito à palavra.

Embora, de modo geral, esses textos se referissem ao ensino básico, nada impedia que eles fossem aproveitados também no nível superior. Afinal, o próprio Professor Wanderley, na apresentação de *O texto na sala de aula*, diz “[...] as sugestões de atividades e o roteiro para planejamento de aulas são subsídios a serem testados, modificados e complementados a partir da produção de cada professor” (Geraldi, 1984, p. 6).

Assim, pautada no âmbito de uma concepção de linguagem como forma de interação e sustentada no tripé prática de leitura, prática de produção de textos e prática de análise linguística, com ênfase na segunda prática, a dissertação de Gláucia Lara teve como principal objetivo levar estudantes universitários a aprimorarem sua capacidade de escrita, produzindo textos coerentes, coesos e bem argumentados. Para tanto, foi proposta uma experiência – ou uma “pesquisa-ação”ⁱⁱⁱ, como diria a saudosa Magda Soares durante a defesa –, envolvendo 57 acadêmicos (calouros) do curso de Filosofia das Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso - FUCMT (hoje Universidade Católica Dom Bosco - UCDB).

Fundamentada nos princípios de autocorreção e autoavaliação, em substituição ao sistema tradicional de correção e avaliação adotado pela escola, de modo a investir na autonomia do aluno, valorizando seu senso crítico, sua capacidade de decisão e, principalmente, seu saber linguístico, a experiência de produção de textos teve a duração de um semestre (2º semestre de 1987). Além da prática efetiva — a produção de textos sobre temas variados, pautada em leituras e na discussão dos princípios teóricos que orientam a escrita de um bom texto: estruturação formal, fatores de textualidade, com destaque para a noção de coerência (interna e externa), a distinção entre redação e texto^{iv}, a escolha de argumentos fidedignos e relevantes para sustentar um ponto de vista, entre outros aspectos —, houve, num segundo momento, uma análise (crítica) dos pontos positivos e negativos do trabalho realizado, a fim de fornecer subsídios para outros professores que quisessem assumir essa mesma proposta.

Nesse sentido, se, por um lado, evidenciou-se a necessidade da reformulação de algumas atividades (como, por exemplo, variar mais a tipologia textual, já que houve investimento apenas no texto dissertativo-argumentativo), de outro, constatou-se a importância de se dar ao discente a oportunidade de refletir sobre seu próprio trabalho como forma de levá-lo ao aprimoramento de sua expressão escrita. A evolução dos alunos, nesse caso, pôde ser confirmada na comparação entre um texto produzido no primeiro dia de aula, sem qualquer orientação específica, e um segundo texto, escrito no final da experiência (último dia de aula), como “coroamento” do processo.

Os participantes foram também incentivados a fazer uma avaliação final, julgando seu progresso durante o semestre e opinando sobre a experiência realizada e sobre o desempenho da professora na condução do processo, o que não acontece tradicionalmente na escola, em que apenas o discente é tomado como “objeto” de avaliação. Um exemplo de cotejo entre o primeiro e o último texto de um mesmo aluno da referida turma será apresentado no final desta seção. Antes, porém, é preciso discorrer, mesmo que brevemente, sobre a metodologia usada para implementar os princípios de autocorreção e de autoavaliação.

No primeiro caso, houve, inicialmente, a escolha de alguns textos (anonimizados), com temáticas variadas, para discussão no grande grupo

(professora e alunos) sobre os problemas gramaticais e, sobretudo, textuais apresentados, seguida da reescrita desses textos em conjunto, de modo a sanar tais problemas. Posteriormente, esse mesmo trabalho foi feito em pequenos grupos (4 a 5 alunos) e em duplas: um aluno corrigindo/avaliando o texto do outro e devolvendo-o para que o autor o reescrevesse, até que o próprio aluno pudesse retomar, avaliar e reescrever o seu texto, apresentando, portanto, uma segunda versão, não apenas mais condizente com o português padrão^v, mas também – e principalmente – mais consistente em termos de argumentação e mais coerente, tanto do ponto de vista interno (a compatibilidade entre as ocorrências do texto) quanto externo (a compatibilidade entre fatos e conceitos aludidos no texto e o conhecimento de mundo do leitor).

Nunca é demais repetir que a produção de textos (em geral, sobre temas de interesse dos próprios alunos, levantados previamente) era subsidiada por leituras sobre os assuntos escolhidos (a partir de textos de diferentes gêneros: jornalísticos, literários, filosóficos etc.) e pela discussão de questões teóricas, envolvendo aspectos que contribuem para a produção do que se pode considerar um bom texto, ou seja, um texto em que o autor tenha efetivamente algo a dizer – e não uma mera redação (ver nota 3). Nesse sentido, os resultados da experiência mostram que os alunos avançaram, alguns mais, outros menos, na produção de textos. Não houve, portanto, nenhum caso em que não tenha havido algum tipo de progresso, o que apontou para a necessidade de dar continuidade à proposta de autocorreção por um tempo maior, de modo a sedimentá-la, garantindo resultados (mais) significativos para todos os alunos.

Quanto ao trabalho de autoavaliação, os alunos deveriam levar em conta: 1) os eventuais ganhos (ou perdas) evidenciados no confronto entre o primeiro texto (início do semestre) e o segundo texto (final do semestre); 2) as vantagens e as desvantagens do trabalho realizado; 3) o desempenho da professora; 4) seu próprio desempenho, acompanhado de uma nota de 0 a 10 (uma vez que, infelizmente, não foi possível abrir mão da nota para efeitos de aprovação ou reprovação). Cabe mencionar, nesse caso, a maturidade dos alunos para avaliar a experiência e sua própria atuação, sem que nenhum deles tirasse vantagem da situação para se (auto)promover, atribuindo-se uma pontuação superior à merecida.

Segue, como foi anunciado, o exemplo de um aluno, compreendendo os dois textos produzidos por ele (primeiro e último), brevemente comentados. O tema, repetido no início e no final do semestre letivo para facilitar o cotejo entre os textos, foi *A propalada preguiça do brasileiro*, um dos temas propostos para o vestibular da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 1987.

Texto 1: A propalada preguiça do brasileiro

A partir do ano mil e quinhentos no descobrimento do Brasil, chegaram muitos tipos de pessoas decorrentes principalmente dos presos portugueses, gerando assim, o atual brasileiro.

Hoje, a vivência brasileira se apóia neste mito ou realidade e então não se interessa muito com as coisas e prefere ficar acomodado do que partir para a luta em campo aberto.

A esse acomodamento pode-se chamar de preguiça, apesar de não ser genérico, pois, há várias exceções.

O grande filósofo Sócrates não precisou trabalhar para poder viver e nem estudar tanto, pois desde pequeno sua inteligência era exuberante, daí decorre que, o brasileiro começa a pensar em coisas relacionadas a estas e nem dá importância a trabalho, estudos e outros mais.

Portanto, assim que muitos bons filósofos estiverem formados, apoiados por outros formadores de outros cursos, se reagirem e começarem a ensinar o saber e a distinção das coisas aos brasileiros, aí, então, a preguiça pode acabar (Lara, 1993, p. 153).

Texto 2: A propalada preguiça do brasileiro

Ser brasileiro é gostar de samba, é ter a petulância de em plena semana de trabalho estar na rua ou no bar ouvindo música; será que é isso mesmo?

Podemos notar em qualquer país ou qualquer lugar que este conceito é verdadeiro. É claro que damos motivos para isso. Um exemplo típico disso ocorre no carnaval e em especial no Rio de Janeiro. Lá o carioca que mora em bairros de baixo nível financeiro, ou seja, favelas, se dá ao luxo de gastar todo o seu poder aquisitivo (economizado durante todo o ano) em apenas três dias de festa comprando sua fantasia.

Agora, por outro lado esquecemos do poder da real situação de nosso país. O desemprego, falta de moradia, salários deficientes, são também fatores que contribuem para que o brasileiro possa receber este adjetivo.

Por isso, sempre se ouve que em tudo o brasileiro dá um jeitinho, porém esquecemos do fator predominante que é a atual situação do país que o condiciona.

Com toda essa situação, com todo esse transtorno, será possível mudar essa visão propalada da preguiça do brasileiro? (Lara, 1993, p. 154).

T1 é um exemplo típico de argumentação frágil e incompatível com a realidade dos fatos. O autor aceita, praticamente sem discussão, o estereótipo de que o brasileiro é preguiçoso. Chega a esboçar alguma reação quando fala em “mito ou realidade” e quando menciona “várias exceções”, mas não avança além disso. A explicação dada para justificar a preguiça do povo brasileiro e a solução apresentada são simplistas e ingênuas, para dizer o mínimo. Quantos brasileiros sabem, de fato, da existência do “grande filósofo Sócrates”? Será que a formação de “muitos bons filósofos, apoiados por outros formadores de outros cursos”, sem que haja mudanças substanciais na sociedade, de modo a garantir oportunidades de emprego digno para todos, pode acabar com a tal preguiça?

T2, por sua vez, embora mostre um aluno que ainda precisa desenvolver melhor a estruturação e a argumentação de seus textos, avança no quesito criticidade, o que parece indicar uma maior reflexão sobre o tema em pauta. O autor questiona a veracidade do estereótipo da preguiça, mostrando que determinadas atitudes assumidas pelo povo brasileiro que, do ponto de vista alheio, servem para justificar o dito acomodamento, são questões menores quando comparadas à situação precária de vida em nosso país (“desemprego, falta de moradia, salários deficientes”). Apesar de o exemplo apresentado no 2º parágrafo não se relacionar de forma direta com a questão de preguiça, isso não invalida a constatação de que o autor assume uma postura mais crítica ao lidar com estereótipos e generalizações apressadas e preconceituosas. Note-se que o aluno não apresenta grandes problemas no uso do português padrão escrito (a não ser no emprego de pontuação) nem em T1, nem em T2, o que comprova, no caso dele e de muitos outros alunos, a necessidade de um trabalho mais voltado para aspectos textuais. Já em sua (auto)avaliação, o aluno percebe que melhorou em certos pontos (escolha de argumentos^{vi}, desenvolvimento mais consistente da proposta), mas admite que precisa ainda investir em outros, o que coincide com a avaliação feita mais acima.

Como se constata na conclusão do trabalho, a experiência de produção de textos com a turma de Filosofia, pautada nos princípios de autocorreção e autoavaliação, apesar de alguns percalços, mostrou-se válida como alternativa ao sistema tradicional de correção e avaliação adotado pela escola, sobretudo porque se esteia no “respeito ao aluno como *ser atuante*, que é capaz de pensar,

de julgar, de tomar decisões, enfim, de exercer seu papel de *sujeito* na dinâmica da interlocução (Lara, 1993, p. 286; grifos do original).

Não se está aqui propondo a solução ideal para o problema da escrita na escola — que, mesmo depois de mais de 30 anos da realização da experiência e de seu registro como dissertação de mestrado, ainda persiste. Trata-se de um caminho, entre outros possíveis, que aponta para uma questão fundamental: a necessidade de a escola investir no processo como forma de melhorar o produto. Talvez, tenha sido este o maior legado que o Professor Wanderley deixou, por meio de sua orientação competente e segura, para a professora/pesquisadora que empreendeu o trabalho descrito brevemente nesta seção.

Considerações finais

A partir das reflexões propostas neste texto consideramos que é válido ressaltar o impacto que João Wanderley Geraldi trouxe ao ensino da língua portuguesa, no final dos anos 1980 e início dos anos 1990, em Mato Grosso do Sul. Sua liderança se reflete na construção de mudanças significativas atestadas por meio da qualidade do ensino da Rede Estadual de MS.

Como foi dito, por meio da perspectiva sociointeracionista da linguagem, o Professor Wanderley inspirou uma nova forma de pensar o ensino a partir de três práticas integradas (leitura, produção de textos e análise linguística). O resultado dessa experiência levou à intensa transformação nas atividades funcionais dos professores, refletindo tanto em suas práticas de sala de aula quanto em seus processos formativos.

Além disso, é importante ressaltar que, por meio desse trabalho e de sua atividade docente, o Professor Wanderley pôde orientar duas dissertações de Mestrado, nas quais sua obra mais conhecida inspirou o trabalho de análise dos *corpora* em diferentes contextos e Programas de Pós-Graduação.

Em ordem cronológica, a primeira tratou da autocorreção e da autoavaliação na produção discursiva escrita, por meio de um relato de experiências que tomou como objeto de análise as práticas desenvolvidas na escrita e na avaliação de textos por alunos do curso de Filosofia de uma faculdade particular (FUCMT), situada em Campo Grande-MS. Essa dissertação

foi defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Letras da UFMG, em 1993.

A outra pesquisa, por sua vez, analisou o processo de mudança das práticas de ensino de língua portuguesa, a partir do trabalho de assessoramento do Professor João Wanderley à SED/MS nos anos 1980 e suas repercussões nos demais momentos das práticas docentes do estado, a partir dos anos 1990. Defendida em 1994, junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMS, em Campo Grande-MS, tal pesquisa é a única orientada pelo Professor Geraldi em um Curso de Mestrado no território sul-mato-grossense.

Em momento de homenagens, laudar a atuação de João Wanderley Geraldi enquanto grande linguista e educador brasileiro é de fundamental importância, pois, nestes 40 anos de lançamento de **O texto na sala de aula: leitura e produção**, não só essa obra quanto outras produzidas ou organizadas por ele são referências nacionais para os currículos e as formações pedagógicas em nosso país.

Notas

* Doutor em Letras (Estudos Literários), Docente da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS, Unidade Universitária de Campo Grande e Professor da Faculdade INSTED, alan.silus@uems.br ou alan.silus@insted.edu.br

** Doutora em Semiótica e Linguística Geral, Docente da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, gmplara@gmail.com

*** Doutora em Letras (Filologia e Língua Portuguesa), Docente da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS, Unidade Universitária de Campo Grande, marialedapinto25@gmail.com

ⁱ Essa dissertação foi, posteriormente, publicada em forma de livro, com o título *Autocorreção e auto-avaliação na produção de textos escolares: relato crítico de uma experiência* (Editora da UFMS, 1999). O acréscimo do adjetivo *crítico* ao título original foi sugestão da banca examinadora, formada pelas professoras Magda Soares (UFMG) e Maria da Graça Costa Val (UFMG).

ⁱⁱⁱ A pesquisa-ação, segundo Thiollent (1988, p. 14), “é um tipo de pesquisa social, com base empírica [...] na qual os pesquisadores e os participantes da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo e participativo”.

^{iv} De acordo com Geraldi (1984, p. 123), no *texto*, um sujeito diz a sua palavra, buscando estabelecer, via modalidade escrita, uma interlocução com um possível leitor. Já na *redação*, o aluno (chamado de aluno-função), se limita a devolver por escrito “o que a escola lhe disse, na forma como a escola lhe disse”.

^v Afinal, é função da escola ensinar o português padrão, pois, somente aprendendo essa variedade da língua, o aluno poderá ascender socialmente e ser um cidadão pleno. No entanto, não se pode sobrevalorizar esse aspecto, em detrimento de outros tão ou mais relevantes, como saber argumentar, estruturar e articular um texto, escrever de forma clara e coerente etc.

^{vi} É importante considerar que mesmo que se trate de um trabalho já feito, há anos, que a argumentação não “melhora” apenas pela escrita do texto (textualidade), mas, também, pelo conhecimento e formação do sujeito.

Referências

BERTOLETTI, Estela Natalina M. **História da disciplina escolar Língua Portuguesa em Mato Grosso do Sul (1977 - 2008)**. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2017.

GERALDI, João Wanderley (Org.). **O texto na sala de aula: leitura e produção**. Cascavel, PR: Assoeste, 1984.

LARA, Gláucia M. P. **Autocorreção e auto-avaliação na produção de textos escolares: relato de uma experiência**. 1993. 342f. Dissertação (Mestrado em Letras - Língua Portuguesa) - Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, Belo Horizonte, 1993.

LARA, Gláucia M. P. **Autocorreção e auto-avaliação na produção de textos escolares: relato crítico de uma experiência**. Campo Grande, MS: UFMS, 1999.

MATO GROSSO DO SUL. **II Plano Estadual de Educação (1985-1987)**. Campo Grande: Secretaria de Educação de Mato Grosso do Sul, 1984.

MONTEIRO, Aureotilde. **Estudo da evolução da questão curricular em Mato Grosso do Sul a partir de uma experiência vivenciada**. 1992. 120f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências Humanas e Sociais - CCHS, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, Campo Grande, 1992.

PINTO, Maria Leda. **Mudar a prática de ensino**: histórias de busca para o ensino de Língua Portuguesa em Mato Grosso do Sul (1986 - 1993). 1994. 170f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências Humanas e Sociais - CCHS da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, Campo Grande, 1994.

SILUS, Alan. **Do Lírio Selvagem ao Piraretã**: memória e dialogismo na paisagem sonora de Tetê Espíndola. 2020. 238f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Campo Grande – UEMS/ UUCG, 2020.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1988.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Programa de Pós-Graduação em Educação**: Histórico. 2024. On-line. Disponível em: <<https://ppgedu.ufms.br/historia/>>. Acesso: fev-2024.